



CONGRESSO DOS SINDICATOS

Conquistar os trabalhadores para a sua própria libertação

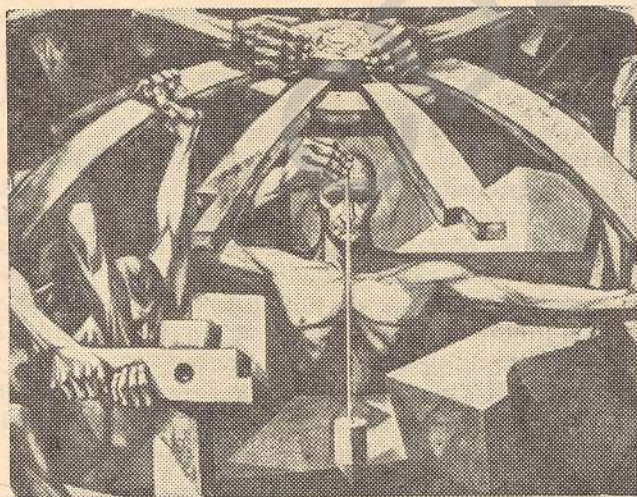
ca de noventa por cento dos trabalhadores portugueses, realizou-se no passado fim

Com a participação de cerca de 200 organizações sindicais, representando cerca de semana o Congresso dos Sindicatos.

A vivência de 48 anos de terror fascista, a pauperização progressiva dos trabalhadores portugueses acelerando-se ao ritmo da subida escandalosa dos lucros dos capitalistas e dos senhores da terra, a guerra colonial ceifando milhares de vidas e minando ainda os recursos do país, a feroz repressão do movimento sindical, constituem uma dolorosa experiência que o povo português jamais poderá deixar retornar à sua Pátria. Desde a classe operária e outros trabalhadores ao pequeno camponês e ao pequeno empresário, todos os trabalhadores estão conscientes da necessidade de construir um Portugal novo, sem exploração, sem miséria, isto é um Portugal socialista. Mesmo aqueles que não têm percepção clara do que é o socialismo, mesmo aqueles que envenenados pela he-

rança ideológica do fascismo e pela propaganda reaccionária temem as transformações sociais, ao exprimirem os seus mais profundos anseios — resumidos na aspiração de trabalho, pão e paz — estão afinal a enunciar as condições de vida só possíveis de concretizar na so-

para a obra da sua, própria libertação implica uma profunda e vasta acção de esclarecimento como a que tem sido conduzida pela organização sindical, que tem a expressão máxima da sua representatividade na Intersindical Nacional, implica a definição de uma



cidade socialista.

Todo o trabalhador português, qualquer que seja o grau da sua consciencialização política é mobilizável para a construção de uma vida melhor para si e para os seus filhos. A conquista dos trabalhadores

linha de acção através da qual os trabalhadores sintam que estão no caminho da resolução dos seus problemas por uma vida melhor. Ou seja, impõe-se que os profundos anseios por uma vida melhor se transformem na necessidade de

acção de construir essa vida.

A definição dos objectivos fundamentais da luta dos trabalhadores na edificação da sociedade socialista, foi a finalidade do Congresso dos Sindicatos Portugueses. A sua realização significa que os trabalhadores têm necessidade de descobrir, em conjunto, as vias para a resolução dos grandes problemas nacionais, de reflectir sobre a sua inserção no processo revolucionário e de chegarem a conclusões sobre a acção a desenvolver para avançar mais rapidamente na criação da sociedade socialista.

Com base nas aspirações das massas trabalhadoras foram discutidos no Congresso dos Sindicatos problemas fundamentais como política salarial, habitação, previdência, saúde e assistência, higiene e segurança no trabalho, ensino e formação profissional e tempos livres. E porque a resolução destes problemas só é possível com o socialismo, e isso implica o desaparecimento da situação de pauperização e dependência da economia portuguesa, fo-

ram também discutidos temas referentes à participação dos trabalhadores na defesa do processo revolucionário; nesse contexto foram abordados e desenvolvidos tópicos como a batalha da economia, organização sindical e unidade dos trabalhadores.

■ SECRETARIADO DA INTERSINDICAL

Por 84% dos votos foram eleitos os membros do Secretariado da Intersindical Nacional, Central única dos Trabalhadores portugueses, no encerramento do Congresso dos Sindicatos.

O Secretariado é constituído pelos seguintes dirigentes sindicais:

Adérito Catalão, rodoviário;

Alvaro Rara, comércio e indústria farmacêutica;

Ângelo Ferreira, metalúrgicos do Porto;

Antero Martins, bancários de Lisboa;

Carlos Carvalho, metalúrgicos de Lisboa;

Jaime Machado, gráficos de Lisboa;

Pires Moreira, químicos de Lisboa;

António Andrade, ferroviários;

António Rosa, textéis de Lisboa;

Beatriz Santana, tabacos;

Matos Alves, construção civil;

José Judas, escritórios;

Manuel, Tagarroso, operários agrícolas;

Manuel Freitas, textéis do Porto;

Filomena Santos, comércio.

4 AGO. 1975

Intersindical do Porto**FORÇAS FASCISTAS CONTRA OS SINDICATOS**

«As forças fascistas começam a lançar os seus olhares assassinos contra os sindicatos, pagos pelos trabalhadores e contra os dirigentes sindicais que agem em defesa dos interesses da classe trabalha-

dora. A condução da luta contra a democracia está agora nas mãos das forças fascistas — na realidade as forças fascistas assumiram já a orientação das investidas contra as liberdades'», afirma num comu-

nicado a União dos Sindicatos do Porto — Intersindical.

Sublinhando o facto da reacção virar agora os seus ataques contra o movimento sindical, a União dos Sindicatos do Norte exemplifica: «O assalto à União dos Sindicatos de Aveiro; o assalto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Águeda; a perseguição a dirigentes e delegados sindicais em Minde; o cerco de características nazis aos dirigentes sindicais têxteis em Ofir; as ameaças de assalto a sindicatos, especialmente àqueles onde os trabalhadores se têm mostrado mais dinâmicos na luta pelo socialismo; as ameaças a dirigentes sindicais, com vista à criação de um clima de terror; os espancamentos a delegados sindicais e a trabalhadores mais activos na luta contra o capitalismo de que o exemplo vivo é o assalto à delegação do jornal «República»; as tentativas de

expulsão das suas actividades de trabalhadores progressistas, retomando os métodos pídicos de perseguição, etc.»

. Apelando, nesta nova investida da reacção, para a unidade do povo com o M. F. A., termina o comunicado: «A defesa do que conquistámos com o 25 de Abril, a sua consolidação, são objectivos prioritários no momento actual. Para isso, nós trabalhadores, temos que nos unir firmemente na defesa dos nossos interesses de classe pondo de lado os motivos de discórdia, aticados pelos que nos tentam dividir. É necessária a repressão enérgica a todos os fascistas e reaccionistas, ou seja, a todos os que antes do 25 de Abril reprimiam, torturavam ou exploravam o povo e que agora sonham fazê-lo outra vez. É preciso com decisão cortar a cabeça à reacção. Só assim evitaremos o seu avanço.»

6 A60. 1974

União dos Sindicatos do Norte

PORTO, 6 — De acordo com o projecto de reorganização sindical, aprovado no Plenário da Intersindical dos dias 13 e 14 em Lisboa, foi criada a União Regional dos Sindicatos do Norte, da qual fazem parte as Uniões Regionais de Braga, Porto e Aveiro.

A União Regional, agora criada, engloba cerca de 100 Sindicatos, que representam cerca de 800 mil trabalhadores, e cobre uma área que vai da Beira Litoral ao Minho e Alto Douro.

Foi aprovado o projecto de normas mínimas de funcionamento e designado o Porto co-

mo local de instalação do Secretariado desta união.

Para além da coordenação da acção sindical das uniões sub-regionais já aderentes, tem por objectivo imediato fomentar a constituição de uniões sub-regionais em Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Covilhã e Castelo Branco.

18 AGO. 1975

PARTIDOS E SINDICATOS APOIAM E REPUDIAM A MEIA HORA DE GREVE LANÇADA PELA INTERSINDICAL

Referente ao apelo que a Intersindical lançou, a fim de ser efectuada amanhã uma paralisação de trabalho, durante meia hora, «como forma de luta contra a reacção», e cujo texto inserimos na edição de sábado, começaram a chegar ao nosso jornal as várias tomadas de posição, de organizações e sindicatos, pro e contra a decisão da Intersindical. Assim, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, apoia a meia hora de paralisação, considerando que, deste modo, «a direcção da Intersindical dá um primeiro passo na mobilização dos trabalhadores contra a ofensiva da direita», assinalando, contudo, que isso não bastará para resolver os problemas populares.

Por sua vez, a L. C. I. «defende todas as acções que vão no sentido de reforçar a vontade de luta dos trabalhadores contra o actual avanço da reacção», mas aponta «que, dado que a situação política actual é caracterizada por profunda e grave divisão dos trabalhadores, mesmo no interior da Intersindical; e não tendo a paralisação de meia hora objectivos claros que permitam meios eficazes de combater a reacção, apelam a todos os operários e trabalhadores para que transformem esse período em assembleias onde será discutida a resposta operária à actual ofensiva capitalista e a questão da auto-defesa nas organizações operárias».

Também um grupo de moradores de Moscavide aprovou uma moção, na qual «dá o seu inteiro apoio à proposta da Intersindical, como protesto entra a reacção fascista, apelando para que os trabalhadores participem na paralisação discutindo os problemas que a Revolução atravessa, bem como os seus problemas de trabalho».

A comissão distrital de Leiria do P. C. P. emitiu um comunicado, no qual diz designadamente:

«A Comissão Distrital de Leiria do Partido Comunista Português, ao ter conhecimento de uma paralisação de trabalho convocada pela Intersindical, das 11 horas às 11 e 30, na próxima terça-feira, de protesto contra a escalada fascista e exigindo severas punições para os seus autores, manifesta publicamente o seu apoio e convida todos os seus militantes e simpatizantes a aderirem a esta iniciativa.

Que durante a paralisação os trabalhadores se reúnam e discutam profundamente o momento político actual e façam aprovar moções contra a escalada reacção para que seja reforçada a autoridade democrática».

Por sua vez, o P. R. P.-B.R. considera correcta a «mobilização dos trabalhadores contra a ofensiva da direita, assinalando ao mesmo tempo que

a paralisação não bastará para esmagar as ameaças reacçãoárias, já que a reacção não se encontra apenas nas ruas, mas também implantada nos gabinetes do Estado e na hierarquia das Forças Armadas».

Ainda na sequência dos comunicados recebidos, que apoiam a decisão da Intersindical, o secretariado do Sindicato dos Ferroviários exorta os trabalhadores a aderirem à paralisação, posição essa que também é manifestada em moção aprovada numa reunião de trabalho dos dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos Distritos de Faro, Beja, Évora, Portalegre Setúbal e Lisboa, realizada ontem em Évora.

Não, à «greve reacçãoária»

Das direcções dos Sindicatos dos Trabalhadores Judiciais de Lisboa, Jornalistas, Telefonistas de Lisboa, e das listas «B» candidatas às eleições do Sindicato dos Escritórios e «A», ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, recebemos um comunicado conjunto, no qual se afirma:

«Na linha das suas manobras demagógicas, a Intersindical, organismo anti-operário, burocrático e de cúpula controlada pelo P. C. P., acaba de «decretar», nas costas dos trabalhadores, uma «greve simbólica», com intuítos muito claros.

De facto, invocando, oportunisticamente, o pretexto de «repudiar a violência fascista», a Intersindical tenta a todo o custo salvar da bancarrota política o Partido que serve, o qual na sua prática antipopular não hesita em classificar, indiscriminadamente, de reacçãoários quem se lhe opõe, ainda que sejam operários e camponeses. Cada vez mais se verifica que os trabalhadores sabem responder revolucionariamente à violência fascista e social-fascista e, deste modo, não embarcarão em «greves simbólicas» que apenas visam tentar reforçar a posição cupulista e partidária da Intersindical. Nesta ordem de ideias os signatários repudiam esta «greve» reacçãoária que nada tem a ver com os seus reais interesses de trabalhadores».

O Plenário das Intercomissões de Trabalhadores, reunido no passado sábado, torna público, através de um comunicado, que decide repudiar as últimas medidas da Intersindical «denunciando o seu carácter manifestamente contra-revolucionário, reconhecendo-o como uma desesperada tentativa duma facção da burguesia para iludir o Povo, sob um pretenso ataque à outra facção, embrenhando-o nas fileiras da contra-revolução, na defesa dos seus próprios interesses».

E acrescenta: «Perante as grandiosas tarefas que se nos abrem, dizer que é com uma greve de meia hora que se dá «uma resposta enérgica à contra-revolução», só de traidores e vendidos, só das brilhantes cabeças dos caciques das cúpulas dirigistas da Intersindical, metidos de pés e mãos na preparação da contra-revolução e embrenhados em tentar mobilizar as massas populares para a sua barricada. A classe operária e o Povo devem erguer os seus órgãos de vontade popular, as Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, os Comités de Soldados e Marinheiros devem contar com as suas próprias forças, concretizar a aliança operária-camponesa; é necessário um partido que conduza a classe operária e o Povo contra os seus inimigos».

Sob a palavra de ordem

«Não ao apelo demagógico e telecomandado da Intersindical. Todos aos locais de trabalho na manhã de terça-feira», o secretariado do P. S. emitiu um comunicado no qual considera «que a proposta da Intersindical de paralisação de trabalho contra a escalada da reacção, uma manobra desesperada para controlar os trabalhadores, para esconder o irremediável isolamento em que a Intersindical se encontra em relação aos trabalhadores, e mascarar responsabilidades que cabem à sua direcção na escalada de

violência que as forças reacçãoárias aproveitam».

Conferência de Imprensa sobre a Intersindical

Os sindicatos dos Jornalistas, Telefonistas, e Trabalhadores Judiciais convocam os órgãos da Informação para uma conferência de Imprensa, «sobre a questão da Intersindical», a qual decorrerá hoje, pelas 19 horas, na sede do Sindicato dos Telefonistas, Rua de São Pedro de Alcântara, 63-2.º.

19 AGO. 1975

A ESCALADA REACCIONÁRIA DENUNCIADA PELOS SINDICATOS DO DISTRITO DE LEIRIA

A União dos Sindicatos do Distrito de Leiria denuncia num comunicado a escalada reaccionária contra os sindicatos, os militantes sindicais e os trabalhadores do distri-

to, declarando em dado passo que:

«Forças que estão contra as classes trabalhadoras, porque contra elas fizeram já uma opção de classe capitalista, e que querem impôr-nos, para manterem a exploração do homem pelo homem, abriram às hordas neofascistas o caminho de uma escalada reaccionária que até das tribunas da Assembleia Nacional tem sido apoiada e estimulada pelos agentes do parlamentarismo burguês contra-revolucionário. O objectivo de tal escalada é a divisão do M. F. A. e levar este a actuar contra as massas populares, como se fossem estas as causadoras e os agentes dos distúrbios que são uma acção concertada pela reacção e o capitalismo internacional, controlada desde Estocolmo a Bona, desde Copenhaga a Nova Iorque, desde Paris ao Rio de Janeiro, desde Oslo a Londres, cadeia esta que tem a sua correia de transmissão em Lisboa...

O objectivo de tal escalada dos fascistas, dos reaccionários, dos privilegiados do antigo regime, manobrados pela C.I.A. pelo E. L. P. e parte da D. G. S. que continua à solta, todos ajudados pela burguesia nacional e internacional, em defesa do imperialismo, é fazerem voltar o País ao fascismo — si-

tução em que as massas trabalhadoras são as mais sacrificadas como o prova a história recentíssima deste País.»

Mais adiante o comunicado afirma que «segundo se julga saber, a reacção, os exploradores e os seus lacaios, prometem pôr a saque todas as organizações sindicais do distrito e atentar contra as vidas de dirigentes, delegados e outros militantes operários».

A União dos Sindicatos do Distrito de Leiria alerta finalmente todos os trabalhadores no sentido de que sejam redobrados os esforços para manter e reforçar a aliança Povo-M. F. A., «já que os agentes da divisão começam a aparecer no próprio seio do M. F. A. e das Forças Armadas, os quais, disfarçados sob a capa de uma pseudomoderação, pretendem atrelar as Forças Armadas ao compromisso de defender estruturas que amarrem para sempre as massas trabalhadoras à exploração capitalista social-democrata, de que o «Documento Melo Antunes» é um dos mais tristes e lamentáveis exemplos ultimamente surgidos na vida política portuguesa».

19 AGO. 1975

45 HORAS — limite máximo de duração de trabalho

Por despacho do ministro da Administração Interna, é fixado em 45 horas o limite máximo da duração do trabalho, no âmbito da Administração Central, local e regional, incluindo federações de municípios e serviços municipalizados, pessoas colectivas de direito público, designadamente os serviços e institutos autónomos, e pessoas colectivas de direito privado e utilidade pública administrativa.

As reduções de duração de trabalho estabelecidas são autorizadas até aquele limite.

A «GREVE» DA INTERSINDICAL

(Continuado da 1.ª página)

aderiu à greve sugerida pela Intersindical.

Também a Rádio Renascença não interrompeu a sua emissão.

Nos seus comunicados, todos assinalam o perigo real que representa a ofensiva da direita capitalista, e a necessidade de os trabalhadores se mobilizarem e movimentarem para lhe fazer face. Simplesmente, muitos trabalhadores se interrogam acerca da forma de luta proposta. Meia hora de greve será resposta a alguma coisa?

E não deixa de ser curioso que a Intersindical surja agora a convocar uma greve, se atendermos a que foram muito raras as greves de trabalhadores que este organismo até agora apoiou, sendo, pelo contrário, muito numerosas as que foram por ele denunciadas como «favoráveis à reacção».

Sentiram directamente estas manobras, por exemplo, os trabalhadores da TAP. O comunicado da Comissão de Trabalhadores desta empresa pergunta:

— «Será que as greves já não provocam caos económico? Será que as greves já não fazem o jogo da reacção? Será que já não há perigo de nenhum golpe reacçãoário?»

Interrogações semelhantes são feitas pela CELTRANS, S. A. R. L.

POSICÕES DIVIDIDAS

São várias as moções que nos chegaram afirmando a sua não adesão a esta iniciativa e argumentando sobre tal decisão.

Assim, o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul explica:

«O povo português precisa de ser alertado para as manobras da reacção! Mas não é a Intersindical, cujo Secretariado está profundamente desacreditado junto das massas trabalhadoras, que tem autoridade para o fazer.

Nós defendemos uma Central Única dos trabalhadores. Somos pela Intersindical, mas não por aquela que tivemos até agora!»

Também os trabalhadores do METRO decidiram por unanimidade não aderir à paralisação «por se tratar de uma decisão de cúpula, para

a qual não fomos ouvidos, nem tão pouco informados pela maioria das direcções sindicais».

Considerando que é hora de «dar uma resposta enérgica à contra-revolução», para o que é indispensável «a vinda de todos os trabalhadores, do MFA, e o reforço da aliança do MFA/Povo», os trabalhadores do «Metro» denunciaram a paralisação pois «num momento de crise é preciso acima de tudo, produzir; porque pensam ser possível outra forma de luta neste momento», considerando que «a Intersindical teria escolhido a pior maneira de os trabalhadores manifestarem a sua posição».

Os trabalhadores da Fábrica n.º 1 da Sociedade Central de Cervejas, «embora não aderindo à paralisação preconizada, apoiam o seu objectivo», a luta contra a escalada reacçãoária.

O secretariado das Intercomissões de trabalhadores/Norte repudia energicamente esta iniciativa que apelida de «social-fascista» e considera que «não é com greves de meia hora, conduzidas pelos doutores da Intersindical, que a classe operária e todos os trabalhadores explorados fazem frente ao fascismo. E, antes, na rua, nos seus locais de trabalho, nos sindicatos, que as massas populares através da violência revolucionária aniquilam todos aqueles que se opõem ao avanço da revolução».

Recebemos ainda moções de repúdio a esta greve de meia hora dos trabalhadores da Empresa do Jornal do Comércio, do edifício central do Ministério da Administração Interna, da Repartição Central de Finanças, da MICAL, da CT da BPA — zona SUL, da CT da Companhia de Seguros Ourique, do Sindicato dos Telefonistas de Lisboa e do Sindicato dos Jornalistas.

A respeito desta última tomada de posição, damos notícia, mais completa, noutro local.

Também os trabalhadores de Rádio Clube Português, reunidos nos estúdios, decidiram não aderir a esta iniciativa.

Também contrária à paralisação é a posição do Partido Socialista. Em comunicado afirma:

«Agora, a Intersindical responde ao apelo ontem feito por um dirigente do P.C.P., no Pavilhão dos Desportos, em

Lisboa, demonstrando assim, sem margem para dúvidas, ser uma corrente de transmissão de um partido minoritário e não uma organização ao serviço da classe trabalhadora. Qual a resposta que os trabalhadores vão dar a esse apelo? Para os militantes socialistas da classe trabalhadora, não restam dúvidas que será a que já foi dada no Porto, em 18 de Julho — ignorar, desprezar e combater essa manobra desesperada para controlar os trabalhadores, para esconder o irremediável isolamento em que esta Intersindical se encontra em relação aos trabalhadores e mascarar responsabilidades que cabem à sua direcção, na escalada de violência que as forças reacçãoárias aproveitam».

O comunicado termina assim:

«Não ao apelo demagógico e telecomandado da Intersindical! Todos nos locais de trabalho na manhã de terça-feira! Por um governo de unidade e salvação nacional!»

OS APOIOS

Da parte das direcções de Sindicatos são muito numerosas as declarações de apoio à iniciativa.

Tal é normal já que é a cúpula da organização sindical quem a promove. Registamos: União de Sindicatos de Coimbra, Sindicato Cerâmicos, Sindicato Têxteis, Sindicato Metalúrgicos, Sindicato Caixeiros, Sindicato Escritórios, Sindicato Hoteleiros, Sindicato Enfermagem, Sindicato de Vestuário de Coimbra, Delegação de Seguros (Sindicato Seguros do Porto), Delegação dos Lanifícios, Sindicato Panificação, Sindicato Electricistas, Sindicato Rodoviários de Coimbra, Federação dos Sindicatos do Mar, dos Sindicatos dos Descarregadores de Mar e Terra do Distrito de Setúbal, dos Operários da Indústria de Chacinaria do Distrito de Setúbal; a Delegação do Montijo do Sindicato da Construção Civil e Oficinas Correlativas do Distrito de Setúbal; e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Distrito de Setúbal; de um grupo de delegados sindicais dos Ajudantes de Despachantes, dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Similares do Distrito de Lisboa, dos Trabalhadores

da Fábrica Fima, dos delegados sindicais da Cometna (Amadora), dos trabalhadores dos laboratórios Andrade, Lepetit, Roussel, Sigma, Farmacológico, Vitória, Medicamenta, Marck, Iberfar, Johnson and Johnson, OM, Azevedos e Colgate, do pessoal dos estabelecimentos H. Parry & Son, dos trabalhadores da Sociedade Portuguesa de Explosivos, da comissão pro-sindical dos trabalhadores da CML, dos trabalhadores da Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos, Lda., do Sindicato dos Electricistas do Sul e do Sindicato dos Técnicos de Desenho.

Também os trabalhadores da Sorefame, bem como a Comissão Coordenadora Intercomissões das empresas pertencentes ao grupo CUF.

Quanto a partidos políticos, deram o seu apoio o PCP, MDP/CDE, LCI e PRT.

MANIFESTAÇÃO CONTRA A INTERSINDICAL TRAIidora

Entretanto, considerando que a Intersindical da traição ao convocar a «greve» de meia-hora para amanhã, mais não visa do que lançar a classe operária e os trabalhadores da cidade contra aquilo a que chama reacção, mas que, de facto, se trata essencialmente de um poderoso e justíssimo movimento camponês que se levanta de Norte a Sul e de Lés a Lés, contra a política de exploração, fome e miséria vários sindicatos e algumas comissões de trabalhadores de linha política oposta à que é maioritária na Intersindical, convocam para hoje às 19 horas «uma grande manifestação contra a Intersindical traidora».

Convocam os sindicatos dos jornalistas, estivadores, tráfego, manipulação de pescado, telefonistas de Lisboa, trabalhadores judiciais, garagens, cinematográficos, confeitários do Porto, doárias, indústria e comércio farmacêutico, bancários do Porto, comissões de cáries do Porto, comissões de trabalhadores da Sociedade Estoril, TLP, Fluorescente, TAP, Peiersdorf, Seguros Império, Sagres e Universal, BPA, comissões de moradores dos bairros da Liberdade e S. João, e ainda pelo Secretariado das Intercomissões de Trabalhadores.

20 AGO. 1975

APÓS A GREVE CONTRA A REACÇÃO

MANIFESTANTES APEDREJARAM
A SEDE DA INTERSINDICAL

O desespero contra-revolucionário manifestou-se ontem ao fim da tarde perante a Intersindical. Isto é: perante o edifício da Intersindical, na Rua Vitor Cordon. Grupos afectos ao M.R.P.P., retirando pedras da calçada, estilhaçaram os vidros do edifício, pensando assim amedrontar quem se encontrava na Central Única de Trabalhadores. Um acto de desespero, enfim, de uma pseudovanguarda revolucionária contra o êxito da Inter ontem de amanhã verificado: meia hora de paralisação de trabalho nomeadamente nos distritos de Lisboa e Setúbal, paralisação essa que se estendeu, entre outras terras, a Coimbra e a Covilhã. Efectivamente, entre as 11 e as 11 e 30, milhares de trabalhadores estacaram as suas tarefas, deram-se as mãos, e disseram: «Daqui ninguém arredou».

Ora foi precisamente esse gesto, essa tomada de consciência, que levou ao apedrejamento da Inter. Um acto verdadeiramente contra-revolucionário e que merecia severa punição. Porque uma coisa é certa: a paralisação era voluntária — e a ninguém assiste o direito de condenar quem se deteve nas tarefas de trabalho que cumpria. Era uma tomada de posição, de protesto contra a onda reacccionária do Norte do País, onde (como disse o general Vasco Gonçalves) «o fascismo tenta levantar a cabeça». Aliás, ontem, no Porto, foi incendiada a sede do M.D.P./C.D.E. A impunidade, portanto, continua à solta. Alguém tem de ser chamado à responsabilidade — e, sobretudo, alguém tem de actuar. Ou vamos regressar ao 24 de Abril?

«A BURGUESIA
TENTOU
BOICOTAR

Fazendo um balanço da paralisação de meia hora, dirigentes da Intersindical afirmam que «as massas trabalhadoras não estão adormecidas, como muito gente faz crer». Pormenorizando a intervenção, elementos da Inter disseram que «cada vez é maior a consciência de classe que fará avançar o processo revolucionário» e que «as massas trabalhadoras demonstraram que se for necessário paralisar o País para lutar pelos seus interesses de classe fá-lo-ão, pois estão organizadas».

E acentuaram:

«A burguesia e os seus laiaos tentaram, por tudo, evitar que a paralisação de meia hora no trabalho não fosse por diante, mas a resposta dos trabalhadores foi revolucionária». Afirmou-se também que «a adesão que obteve a paralisação foi francamente positiva e servirá também de exigência para que o M.F.A. tome as medidas indispensáveis para reprimir a violência fascista que se abate sobre o Norte do País, e que os trabalhadores mostraram agora dever ser combatida».

QUEM APOIOU
E NÃO APOIOU

Na impossibilidade manifestada de citar os nomes das empresas e dos sectores aderentes, limitamo-nos a transcrever alguns dos mais significativos: via declaração da Intersindical Nacional:

«A palavra de ordem lançada no início, apenas para Lisboa e Setúbal, recebeu a adesão surpreendente de outras zonas do País, como, por exemplo, na Covilhã, onde os sectores da Metalurgia e Lanifícios aderiram na totalidade. Comércio: 80 por cento.

Um membro do Secretariado:

«Estes sectores representam a grande maioria de trabalhadores do distrito.»

Outras declarações:

«Nas zonas de Lisboa e Setúbal, a paralisação foi quase total (80 a 90 por cento), nos sectores da metalurgia, têxteis, construção civil, transportes,

etc. Bancários: parcial.»

No Barreiro, pode dizer-se que a adesão foi total, pois apenas um sector dos laboratórios da CUF resolveu continuar em laboração, «assim como algumas pequenas indústrias».

Mas há mais: em Coimbra aderiram a metalurgia, os têxteis e as cerâmicas. Em Leiria, Marinha Grande e Vieira de Leiria — os vidreiros, químicos e metalúrgicos.

OS FERROVIÁRIOS

E os transportes ferroviários?

«Os transportes ferroviários sofreram paralisação quase total no Norte e total na Beira Alta e na Beira Baixa. As linhas do Oeste, de Sintra e do Estoril pararam parcialmente.

De assinalar, no entanto, incidentes na linha de Sintra.

Ei-los:

«Os maquinistas, que tinham aderido à paralisação, tiveram de prosseguir com a marcha dos comboios — e isso porque o público inconsciente os ameaçou». Como dissemos, no entanto, houve maquinistas que se detiveram.

No Entroncamento, por sua vez, os escritórios, oficinas, máquinas e os estaleiros do consórcio e os comboios cumpriram o pedido da Intersindical.

No distrito de Lisboa, paralisaram mais de 200 empresas, estando entre elas, as mais significativas: Setenave, Lisnave, Siderurgia, etc. A construção civil, um sector em dificuldades neste distrito a sua colaboração através da paralisação total das dez maiores empresas, (J. Pimenta, Francisco Santos, etc.). Na capital os «eléctricos» da Carris paralisaram na totalidade. Os autocarros, na maioria e o metropolitano seguiram o mesmo caminho assim como os cacilheiros.

Em Sacavém, a construção civil, as louças, a Dyrup, a Mague, a Metal Fabril, a Guérin, etc. assim como a Eurofil (que pertencia ao grupo Borges e

Irmão e se encontram em autogestão), etc.

Em Setúbal, a construção civil, 90 por cento, ferroviários, Siderurgia, Setenave, Pão de Açúcar, total.

Em Sines, paralisação total das Pescas e parcial do comércio.

Em Évora, os rurais cumpriram na totalidade, metalurgia, 70 por cento, a hotelaria, 40 por cento. Em Beja, na totalidade a metalurgia, hotelaria, comércio e rurais.

No Porto, os dirigentes da Intersindical, presentes disseram ter havido boas percentagens de adesão, mas estavam ainda, a receber informações. De Santarém apenas receberam o apoio de poucas empresas, mas aguardavam contactos. Que aliás chegavam pelo telex minuto a minuto acentuaram.

Apoiaram ainda a paralisação de trabalho, entre outras firmas e empresas, bem como sindicatos e outras organizações de base, os técnicos de desenho (sindicato), mais de 600 pessoas de Mora (solidários com Vasco Gonçalves, as liberdades democráticas e a Revolução), a Federação dos Sindicatos do Mar, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, os trabalhadores das linhas do TLP, a Sociedade Portuguesa de Explosivos, os trabalhadores do M.C.S., enquanto os trabalhadores da Europam, bem como o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e do sector comercial da Tróia, responderam

participaram) a greve de 30 minutos promovida pela Intersindical.

RTP: apoio representado por 118 assinaturas. Tudo conado, tudo verdade: tratava-se de um documento entregue em mão própria na Intersindical.

Entretanto, diversos organismos internacionais de trabalhadores, principalmente franceses e italianos, fizeram chegar à Rua Vitor Cordon diversas mensagens de apoio.

Para terminar (e ainda havia



Aspecto do edifício da Inter após o apedrejamento

os cacilheiros parados no meio do rio) ouçamos de novo os dirigentes da Inter:

«Há força para abolir a sociedade de classes e prosseguir na construção do socialismo. (...) Esta posição tomada pelos trabalhadores vai contribuir para diminuir as hesitações no seio do M.F.A. e das Forças Armadas, e também para pôr fim à escalada da contra-revolução em curso.»

Só mais uma nota: entre os indivíduos que apedrejaram a

sede da Intersindical, encontravam-se membros da lista B do Sindicato dos Jornalistas, listas, A dos Bancários, alguns membros do Sindicato dos Estivadores, e uma comissão de moradores. Alguns dos manifestantes colaram cartazes nas paredes do edifício — mas apesar das pedras os cartazes foram arrancados... Ficou intacta, apesar de tudo, a força dos trabalhadores.

PEDRO ALVIM

A greve simbólica apenas teve um apoio parcial

Completando as informações já ontem divulgadas sobre a adesão e o repúdio de trabalhadores ao apelo da Intersindical em favor de uma greve simbólica de protesto contra a escalada reaccionária que se tem vindo a registar em grande parte do país, deve ser salientado o significado político das paralisações que se verificaram em importantes unidades de produção da cintura de Lisboa. Com efeito e apesar de uma adesão menos que parcial na zona urbana, incluindo os sectores de comércio, serviços e transportes, onde o ritmo de actividade quase não foi alterado, alguns sectores da classe operária cumpriram a palavra de ordem da Intersindical.

Através dos contactos directos estabelecidos, soubemos que na Lisnave a maioria dos trabalhadores cessou a laboração durante 30 minutos, efectuando nalguns pontos do estaleiro reuniões de reflexão e discussão política. Na Sorefame, a adesão foi maioritária na fábrica da Amadora, onde aliás apenas cerca de 10% dos trabalhadores não se encontra em férias; nas instalações de Beirolas cerca de 70% do pessoal não interrompeu o trabalho, segundo nos comunicou um membro da C.T. Na Siderurgia, também a maioria dos trabalhadores abandonou a actividade seguindo a forma de protesto defendida pelo Sindicato dos Metalúrgicos e pela Inter. Na Petroquímica, em votação previamente realizada foi decidido não obedecer à greve, tendo-se as posições dos trabalhadores que compareceram à reunião distribuído do seguinte modo: cerca de 140 contra, 45 a favor da greve, 20 abstenções, segundo números aproximados que nos foram comunicados. Na Sôda Póvoa, onde a comissão de trabalhadores pôs a decisão ao cri-

tério dos seus representados, não tomando posição, grande parte do pessoal cessou o trabalho, fazendo tocar a sereia da fábrica. A Timex e a Messa encontram-se encerradas por motivo de férias. Nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico a maioria dos trabalhadores presentes em plenário realizado às 9,30 horas de ontem repudiou a meia hora de greve decidida pelo Secretariado da Intersindical, reafirmando "o seu inteiro apoio ao impetuoso movimento camponês que se ergue e a sua disposição de reforçar a aliança operário-camponesa, vitoriosa para a tomada do poder." Os trabalhadores da CP paralisaram o trânsito de comboios.

Verifica-se por esta lista, o afastamento em relação à actual direcção da Intersindical de empresas onde recentemente deflagraram conflitos de trabalho que não foram apoiados pela central sindical. Por outro lado, unidades onde existem importantes concentrações de proletariado e onde tem sido elevado o nível de consciência política, os trabalhadores encontram-se ao lado das posições defendidas pelos respectivos sindicatos, dando provas de um espírito de disciplina de classe que em momentos decisivos evita a divisão e a derrota dos órgãos a quem têm confiado a sua representação. Também aconteceu que nos locais onde a paralisação foi previamente debatida em plenário por todos os trabalhadores, analisando-se da justa da palavra de ordem vinda do topo da estrutura sindical, existiu uma tendência forte para a sua recusa, ao contrário das empresas onde as C.T. ou Comissões Sindicais não consideraram necessário pôr o problema à discussão prévia no próprio local de trabalho.

Igualmente divididas foram as posições tomadas por partidos

políticos em nome das classes trabalhadoras. Verificou-se o apoio do PCP e do MDP-CDE e também da LCI e do PRT, estes formulando uma adesão crítica. Manifestaram-se contra a decisão da Intersindical o PS e o MRPP. A posição de partidos como a UDP, o MES e o PRP-BR não foi divulgada.

trabalhadores manifestam-SE
CONTRA A INTERSINDICAL

Subordinada às palavras de ordem *fogo sobre a intersindical da traição, contra o fascismo e o social-fascismo unidade sindical, central sindical nas mãos da classe operária e fora dos sindicatos social-fascismo*, percorreu o centro de Lisboa uma manifestação convocada pelos sindicatos dos jornalistas, estivadores, profissionais de tráfego, manipulação do pescado, conferentes marítimos, telefonistas de Lisboa, trabalhadores judiciais de Lisboa, garagens de Lisboa, actividades cinematográficas, confeitários do Porto, doçarias e indústria e comércio farmacêutico. Deram igualmente o seu apoio a lista A candidata ao sindicato dos bancários, lista B para o sindicato dos escritórios, comissões de trabalhadores da Sociedade Estoril, TLP, Fluorescente, TAP, secretariado provisório das intercomissões de trabalhadores, linha "por um sindicato de massas" dos funcionários públicos e secretariado dos delegados sindicais dos sindicatos dos administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca.

A porta da Intersindical, no largo da biblioteca, os manifestantes detiveram-se alguns minutos, gritando palavras de ordem contrárias àquela central sindical, tendo sido arremessadas algumas pedras que partiram diversos vidros da fachada do edifício. Retomando o trajecto, os manifestantes seguiram pela Rua da Escola Politécnica.

23 ABO 1975

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO A REACÇÃO AVANÇA EM PORTUGAL — A REVOLUÇÃO EM PERIGO

1. — Um pouco por toda a parte, mas em especial no Centro e no Norte, estamos a assistir ao ataque descarado da reacção, perante a passividade criminosa e irresponsável — (quando não mesmo com o apoio e cumplicidade) de todos aqueles a quem competia assegurar o exercício e garantia das liberdades conquistadas com o 25 de Abril.

De facto, hoje já não são só as organizações — políticas progressistas que são visadas pelos ataques terroristas dos reacccionários. Estes agora vão mais longe e avançam já sobre as organizações de classe dos trabalhadores.

Em Viseu foram alvo dos ataques reacccionários — os sindicatos dos Metalúrgicos e da Panificação. Em Ofir delegados dos sindicatos Têxteis foram ameaçados. Em Mira de Aire, Bombarral, Alcobaça, Cadaval, Lourinhã activistas sindicais sofrem atentados e perseguições.

Em Braga, grupos de terroristas, contando com cumplicidades, avançaram sobre a União dos Sindicatos e o Mercado do Povo, símbolo de iniciativa dos trabalhadores, que em defesa da economia nacional e contra a sabotagem dos patrões, ousam tomar nas suas próprias mãos o controlo da produção e a gestão das empresas.

O roubo de ficheiros de delegados sindicais; a destruição de processos comprovativos de fraudes patronais; a ameaça de saneamento de militantes sindicais, tentando impedi-los de exercer a sua acção em defesa dos trabalhadores; os tiros disparados sobre comissões de trabalhadores rurais que davam execução à reforma agrária; o ataque bombista à residência de um sindicalista em Mira de Aire, são acção terroristas levadas a efeito por ex-legionários, ex-pides e seus familiares, latifundiários e seus lacaios, contra os trabalhadores e as suas organizações representativas.

Porquê este atrevimento da reacção?

Tal atrevimento foi possível porque os trabalhadores e o próprio MFA se encontram divididos. E em vez de encontrarem formas de superar as suas contradições internas, antes deixam que elas sejam agravadas.

2. — Por um lado a actuação de certas forças ditas socialistas, mas que tudo têm feito para travar o avanço para o socialismo e por outro as hesitações do MFA, e ainda o sectarismo de alguns elementos progressistas, criaram as condições propícias para que a reacção se atrevesse a levantar cabeça.

Foi isto que permitiu uma actuação tão descarada da reacção, mas não foi isto que determinou tal actuação. Os erros, deficiências, indecisões, ambiguidade e divisões foram um cheque passado à reacção, encorajaram-na. Mas apesar de todos os erros, indecisões, ambiguidades e divisões, apesar de tudo isso, avançou-se numa via socialista.

A constatação de tal avanço é que decidiu a reacção a mexer-se. O que a faz mover é sentir os seus privilégios ameaçados.

As nacionalizações da banca e indústrias básicas, as ocupações de milhares de hectares de terras pelos trabalhadores rurais, são golpes terríveis

nesses privilégios. Todos quanto desejam ver perpetuado o sistema capitalista ficam alarmados, o dismantelar do poder dos monopólios e latifúndios abre o caminho que levará à substituição do poder dos exploradores pelo poder dos trabalhadores.

Quando os exploradores se apercebem disto tentam por todos os meios impedi-lo. Tal atitude não deve surpreender-nos... É a sua posição de classe. Não podíamos esperar outra coisa! Mas o que também esperávamos (e esperamos) é que a autoridade revolucionária rechassasse essas tentativas.

Se tal autoridade revolucionária se exercer e a unidade das massas trabalhadoras se reforçar, a reacção não se atreverá a sair à rua tão descaradamente. E será batida cada vez que tente deitar as unhas de fora.

Caso contrário sentirá forças para avançar até à recuperação dos privilégios agora postos em causa. Esta luta é de vida ou de morte.

A reacção lança-se hoje contra as organizações sindicais dos trabalhadores, pelo mesmo motivo que durante o fascismo o fazia, caluniando, despedindo e assassinando os mais destacados lutadores e defensores da classe trabalhadora, ou seja porque as organizações sindicais organizando e unindo os trabalhadores, põem em cheque os seus privilégios, são um inimigo mortal.

3. — Os exploradores viram-se privados do apoio do Ministério fascista das Corporações em 25 de Abril, mas depressa recuperaram a iniciativa, tentando por todos os meios, mas sobretudo através de lacaios seus, destruir a unidade dos trabalhadores. Uma forma para atingir esse objectivo é transportar para dentro dos sindicatos as lutas partidárias. (Mas na sua organização de classe, a CIP, não se fala sequer de tendências).

Os trabalhadores devem opor-se com firmeza a que se transportem para dentro dos sindicatos as lutas partidárias. Mas devemos estar alerta! Hoje uma das armas da reacção e de todos os inimigos da classe trabalhadora é atribuírem pretensas ligações ou comportamentos partidários às direcções sindicais honestas.

Hoje, como ontem, os trabalhadores devem apoiar os que trabalham para os unir e organizar. Os que procuram dividi-los devem ser escorraçados dos sindicatos, como lacaios que são do patronato e do capitalismo. Para enfrentá-los, hoje mais do que nunca, na união está a nossa força.

Essa força aliada à firmeza dos militares revolucionários será suficiente para bater a reacção.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, organização sindical integrada por 22 sindicatos do Comércio do Continente e Ilhas Adjacentes e em seu nome, reclama das autoridades revolucionárias — MFA-Directório-Governo Provisório, medidas enérgicas e urgentes que ponham um freio à escalada reacccionária e terrorista que põe em perigo as conquistas alcançadas com o 25 de Abril e que já fez corr sangue.

Exige que se ultrapassem as divisões e ambiguidades políticas quer entre as forças políti-

cas progressistas quer dentro do próprio MFA.

Em frente pela unidade contra a reacção rumo ao socialismo

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio (P.)